

## A GEOGRAFIA NO BRASIL UMA ANÁLISE CRÍTICA DOS CURRÍCULOS

MARITA PIMENTA\*

*BOLETIM DE GEOGRAFIA TEORÉTICA, 16-17(31-34): 36-41. 1986. 1M7.  
1º ENCONTRO DE GEOGRAFOS DA AMÉRICA LATINA.*

Uma das grandes preocupações de todos os que militam no ensino superior tem sido procurar dar aos educandos um curso atualizado, coerente, conciliado, de alta qualidade e, principalmente, um curso que lhes seja útil "a vida profissional".

A demanda social de ensino vem crescendo desde o fim da Segunda Grande Guerra Mundial. Dentre os fatores que estimularam este crescimento três foram, sem dúvida, os mais importantes: primeiro as crescentes aspirações educacionais de pais e filhos; segundo, a importância dada pelos Governos ao desenvolvimento da Educação como condição preliminar para o desenvolvimento nacional global; terceiro, o grande crescimento demográfico que vem atuando como multiplicador quantitativo da demanda social por mais ensino.

No Brasil, a grande demanda por novos cursos superiores e a reorganização de cursos já existentes, tomou impulso a partir de 1969 (Decreto-Lei nº 415). A esse Decreto-Lei seguiu-se a grande proliferação de instituições particulares de ensino de 3.º grau. A abertura para o ensino superior, se, por um lado, foi importante por permitir maior propagação de conhecimentos, técnicas e práticas especializadas por outro lado, foi nefasta, pois, por ser muito repentina, não dispôs de infraestrutura básica em termos de professores, salas de aula, laboratórios, bibliotecas, instrumental e aparelhagem técnica. Além disso, não mesmo se baseou num levantamento de interesses econômicos, das necessidades reais da área de educação, do mercado de trabalho e nem foi precedida de pesquisas para atualização dos currículos a serem oferecidos e das disciplinas a serem oferecidas aos discentes. A existência de pelo menos [um] fator, se bem que o ideal fosse solucionar, os problemas decorrentes da proliferação por todo o Brasil, de cursos de nível superior foi; com que, a partir de 1979 conseguiu-se organizar comissões técnicas de estudo, objetivando a análise das condições mais nefastas: o baixo nível do corpo docente; o baixo nível dos discentes; e a inadequação dos currículos em vigor.

\* Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Universidade Federal Fluminense  
Rio de Janeiro, Brasil.

No caso específico dos cursos superiores de Geografia é lícito supor que também eles se viram afetados por estas três consequências. No entanto, por considerar prioritário, nos ateremos aqui, apenas ao problema da adequação do currículo de Geografia.

O currículo mínimo de Geografia em vigor, que data de 1962, se apresenta com 24 anos de existência, o que leva a questionar sobre a sua atualidade e adequação às novas condições históricas, sociais e políticas do País, assim como ao avanço científico e tecnológico ocorrido nas últimas décadas.

Sendo a Geografia uma ciência viva, ativa, dinâmica, pode este currículo estar adequado às constantes transformações do mundo contemporâneo? Além disso, questionamo-nos a adequação do currículo em vigor à formação do profissional geógrafo, uma vez que o currículo mínimo de Geografia estabelecido em 1962, objetivava formar *professores* de Geografia para o ensino médio e não o Geógrafo profissional.

A carreira do geógrafo somente foi regulamentada em 1979. No entanto, o mesmo currículo de 1962 foi mantido para formar esses novos profissionais com competências específicas. Dai, outra indagação: O currículo estabelecido para formar professores seria também o mais adequado para formar o *geógrafo*?

Na década de 60, escrevendo sobre a *crise Mundial da Educação* (The World Educational Crisis, 1976) Philip Coombs alertava os educadores para as rápidas mudanças que estavam ocorrendo no conhecimento, na tecnologia e nos requisitos para empregos, e concluía que: "... a maior parte do conteúdo atual de ensino é obsoleto e irrelevante, sem atender aos propósitos de estudantes que vão viver no século XXI..."(P. 153).

A conclusão de Philip H. Coombs leva fatalmente a um corolário — a necessidade de reformular os currículos nos seus objetivos e conteúdos. Na mesma obra o autor aponta a direção em que os currículos deveriam mudar: "Os sistemas de ensino precisam rever seus objetivos. Já não se trata mais de produzir a pessoa instruída, mas de produzir a pessoa instruída com capacidade de aprender e de adaptar-se eficientemente, durante a vida inteira, a um ambiente incessantemente em mudança."(p. 159).

Assim, a reorganização e revitalização dos currículos do ensino superior impõe-se como uma necessidade a fim de que as instituições possam acompanhar o ritmo de mudança característico do mundo atual, com vista à formação de futuro profissional.

A necessidade de reexame e renovação constante do currículo é imprescindível e inadiável no curso de Geografia, por se tratar de um campo de conhecimento e de investigação em si mesmo dinâmico e em constante mutação.

Assim é que o problema da atualização e objetividade dos currículos superiores de graduação em Geografia é bastante sintomático: como os currículos estão defasados da atual conjuntura nacional e das necessidades do mercado de trabalho, os discentes se desinteressam e, como reflexo de tal distanciamento da realidade, o índice de evasão tem se acelerado a cada ano.

Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro (1980) assim expõe o problema:

'A desatualização dos nossos currículos, as imprecisões, e impropriedades dos; eus próximos objetivos são fatos que, fechando o circulo vicioso, zelam pela: continuidade de nossa dependência cultural do exterior".

O que se percebe na atual Geografia que se pratica no Brasil è que ainda *ha*. uma forte influência do exterior — Europa e Estados Unidos da América do Morte — de onde se importam métodos, técnicas e conceitos exógenos para serem iplicados à realidade tropical. Constatase uma absoluta falta de brasilidade nos urnculos de Geografia, nas disciplinas, nos programas e nas obras publicadas.

Assim, encontra-se grande dificuldade em caracterizar, mesmo que sinteticamente, a Geografia Brasileira, pois certamente ela inexistente. A ciência geográfica no Brasil é resultante, ainda, de uma série de transferências de conhecimentos emanados do exterior, muitas vezes oriundos de fontes diversas e contraditórias, o que faz com que se criem impasses, gerando ao mesmo tempo, um sensível desnorteamento e um conseqüente retrocesso. A tutela, ou exagerado grau de dependência cultural do exterior que, cultivada por vicio, exemplifica a inexistência de uma Geografia Brasileira.

Os piores males desta dependência cultural são, em primeiro lugar, os antolhos, que não permitem uma visão mais ampla dos fatos e fenômenos e, em seguida, a falta de fidelidade à temática nacional e tropical, o que casiona um distanciamento gradativo do Geógrafo da sua comunidade e mesmo da própria sociedade brasileira, acarretando um ensurdecimento, uma ignorância e uma timidez a qualquer critica e/ou sugestão de modelos exógenos.

A Geografia no Brasil precisou de geógrafos europeus e norte-americanos para se estruturar mas, no momento em que possui recursos humanos valorizados internacionalmente, acredita-se que esteja em condições de começar a desenvolver sua própria temática tropical.

O inicio desta transformação pode ser através da reestruturação dos currículos de seus cursos, por meio da disseminação de assuntos de cunho tropical e especialmente brasileiros. Assim os futuros professores e geógrafos estarão pensando e fazendo uma Geografia brasileira.

A Questão Curricular cresceu de importância na medida em que se enfatiza a necessidade de um planejamento capaz de colocar a política educacional em consonância com a política de desenvolvimento econômico assumida pelo Governo.

Em conseqüência, a organização curricular passaria a depender basicamente das prioridades e objetivos considerados como importantes para o atendimento à política educacional adotada nos Planos Governamentais.

Os estudos preliminares desenvolvidos apontavam unanimemente a rigidez curricular e a uniformidade dos programas, como fatores que revelam a inadequação da Universidade existente para atender às novas necessidades nacionais e regionais e às exigências do processo de desenvolvimento econômico e social.

Para enfrentar estes problemas o Grupo de Trabalho formulou as seguintes propostas, consolidadas na Lei nº 5.540 de 1968, que é a que rege o nosso ensino:

Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro (1980) assim expõe o problema:

'A desatualização dos nossos currículos, as imprecisões, e impropriedades dos seus próximos objetivos são fatos que, fechando o círculo vicioso, zelam pela: continuidade de nossa dependência cultural do exterior".

O que se percebe na atual Geografia que se pratica no Brasil é que ainda *há* uma forte influência do exterior — Europa e Estados Unidos da América do Norte — de onde se importam métodos, técnicas e conceitos exógenos para serem aplicados à realidade tropical. Constatamos uma absoluta falta de brasilidade nos currículos de Geografia, nas disciplinas, nos programas e nas obras publicadas.

Assim, encontra-se grande dificuldade em caracterizar, mesmo que sinteticamente, a Geografia Brasileira, pois certamente ela *inexiste*. A ciência geográfica no Brasil é resultante, ainda, de uma série de transferências de conhecimentos emanados do exterior, muitas vezes oriundos de fontes diversas e contraditórias, o que faz com que se criem impasses, gerando ao mesmo tempo, um sensível desnorreamento e um conseqüente retrocesso. A tutela, ou exagerado grau de dependência cultural do exterior que, cultivada por vício, exemplifica a inexistência de uma Geografia Brasileira.

Os piores males desta dependência cultural são, em primeiro lugar, os antolhos, que não permitem uma visão mais ampla dos fatos e fenômenos e, em seguida, a falta de fidelidade à temática nacional e tropical, o que ocasiona um distanciamento gradativo do Geógrafo da sua comunidade e mesmo da própria sociedade brasileira, acarretando um ensurdecimento, uma ignorância e uma timidez a qualquer crítica e/ou sugestão de modelos exógenos.

A Geografia no Brasil precisou de geógrafos europeus e norte-americanos para se estruturar mas, no momento em que possui recursos humanos valorizados internacionalmente, acredita-se que esteja em condições de começar a desenvolver sua própria temática tropical.

O início desta transformação pode ser através da reestruturação dos currículos de seus cursos, por meio da disseminação de assuntos de cunho tropical e especialmente brasileiros. Assim os futuros professores e geógrafos estarão pensando e fazendo uma Geografia brasileira.

A Questão Curricular cresceu de importância na medida em que se enfatiza a necessidade de um planejamento capaz de colocar a política educacional em consonância com a política de desenvolvimento econômico assumida pelo Governo.

Em consequência, a organização curricular passaria a depender basicamente das prioridades e objetivos considerados como importantes para o atendimento à política educacional adotada nos Planos Governamentais.

Os estudos preliminares desenvolvidos apontavam unanimemente a rigidez curricular e a uniformidade dos programas, como fatores que revelam a inadequação da Universidade existente para atender às novas necessidades nacionais e regionais e às exigências do processo de desenvolvimento econômico e social.

Para enfrentar estes problemas o Grupo de Trabalho formulou as seguintes propostas, consolidadas na Lei nº 5.540 de 1968, que é a que rege o nosso ensino:

- a) instituição do I; ciclo ou básico e do ciclo profissional;
- b) as carreiras de curta duração;
- c) os princípios de flexibilidade e de integração curricular;
- d) a fixação de currículos mínimos em nível nacional, pelo CFE;
- e) o planejamento de novos cursos com programação específica em face das exigências em âmbito regional; e
- f) o controle da integralização curricular através do sistema de créditos.

A partir da Lei nº 5.540 de 1968, passou-se a ter a fixação do currículo mínimo em nível nacional. Já a partir de 1962, o C.F.E. havia fixado os mínimos de conteúdo e de duração do curso de Geografia: "2.200 horas de atividades, com integralização a fazer-se no mínimo em quatro anos letivos".

A preocupação com o currículo mínimo de Geografia, estabelecido pelo C.F.E. em 1962, fez com que, a partir de 1979, instaurassem grupos de estudo para analisar o currículo mínimo vigente e, se fosse o caso, propor possíveis mudanças.

As pesquisas realizadas representam investigações e pontos de partida para a análise que foi por esta expositora desenvolvida em tese de Mestrado, sob o título "Análise da Estrutura Curricular do Curso de Geografia".

O C.F.E., ao fixar as normas para a montagem do currículo pleno pelas Instituições de Ensino Superior, enfatizou uma série de princípios que devem ser respeitados. Sinteticamente dizem o seguinte: não deve haver sobrecarga de disciplinas, deve haver flexibilidade para o aluno compor, no currículo pleno, o seu currículo individual; deve haver uma sequência de funcionamento do curso; e deve haver uma definição, orientação e acompanhamento de estágios.

Para obter o grau de licenciado, o discente, além da formação básica de Geografia, deve frequentar, durante o próprio curso (ou após a sua conclusão), disciplinas de formação pedagógica.

Para que o discente se gradue à condição "sine qua non" que ele apresente, ao final do curso, um trabalho monográfico. Para isto ele tem à sua disposição, durante o último ano, um professor-orientador, escolhido por ele, dentre o corpo docente, além de receber uma orientação metodológica no penúltimo período do seu curso.

Com base nos resultados da análise desenvolvida, pode-se *concluir* que:

O currículo pleno do curso de Geografia vigente na maioria dos estabelecimentos de Ensino Superior está bastante sobrecarregado. Citamos como exemplo o curso da UERJ cujas disciplinas obrigatórias somam 47, além destas, existem 12 optativas dentre as quais o aluno escolherá, obrigatoriamente, 5; o que totaliza 52 disciplinas que o discente deverá cursar, num mínimo de oito e num máximo de 14 períodos.

2. O excessivo número de disciplinas obrigatórias e o reduzido número de optativas, torna o currículo pouco flexível, não permitindo que o aluno tenha muitas oportunidades de individualizar o seu plano de curso.

3. A inexistência em alguns casos de objetivos, e em outros a má formulação, constituem problemas técnicos para o desenvolvimento curricular de um curso.

4. A falta de integração desejável entre a teoria e a prática leva à deficiência na formação do profissional de Geografia.

De acordo com os resultados da pesquisa desenvolvida, as *perspectivas* para os cursos de Geografia podem parecer sombrias, mas em verdade cremos que, com uma série de modificações que consideramos recomendáveis, esta situação poderá ser revertida.

Recomenda-se que:

a) se realizem estudos que venham subsidiar a revisão do Currículo Mínimo de Geografia;

b) se realizem estudos sobre o Currículo Pleno, tendo em vista dar mais flexibilidade à organização curricular, para não sobrecarregar o discente, objetivando ter ele tempo suficiente para sedimentar o conteúdo mínimo que lhe for oferecido;

c) no currículo pleno sejam incluídas disciplinas que capacitem o profissional para atuar em planejamento, para estar preparado para utilizar instrumental e técnicas diversas de representação gráfica de fenômenos geográficos e que enfatize o raciocínio, tendo em vista capacitar o aluno para a crítica e para o debate;

d) sejam revistos os objetivos do curso e os conteúdos programáticos para que se adequem às atividades e funções definidas;

e) em todas as disciplinas, não se dissocie o ensino teórico do prático e da pesquisa em suas diferentes modalidades; que se desenvolvam, e que se intensifiquem, projetos de pesquisa com a participação de professores e alunos de diferentes áreas, objetivando integrar os corpos docente e discente nos projetos de pesquisa;.

f) se torne obrigatório ao estudante em Geografia um estágio supervisionado, em instituição de atividade reconhecida e idónea — e que as, atividades desenvolvidas sejam computadas para integralização do curso;

g) se enfatize a exigência da Monografia ao final do curso, como fruto de trabalhos práticos;

seja mais propalada a existência de instituições de apoio à pesquisa científica, tanto para pesquisadores, quanto para professores e alunos; que se divulgue, não só no meio científico interno da própria Instituição, mas também para outras Instituições, os trabalhos realizados e que se estimule a troca de experiências e o estudo de questões científicas de interesse

se crie, se prestigie e se fortaleçam cursos de extensão e aperfeiçoamento em Geografia; e

j) que se estruture um curso único de Geografia, com uma base geográfica comum, tanto para a licenciatura, quanto para o bacharelado. Vantagem: preservar a unicidade da ciência geográfica. Após a formação completa do curso de 4 anos — bacharelado — o discente poderá obter outro diploma — de licenciatura —. Para tal deverá cursar a Faculdade de Educação durante um ano.

Assim estaremos atendendo às necessidades de formação do bacharel e do licenciado, para melhor desempenho de suas funções.

Cumpridas estas recomendações, temos confiança de que as perspectivas serão muito boas e que o Curso de Geografia desenvolverá condições para que o profissional por ele formado seja competente, atualizado e apto a assumir o seu

papel em equipe inter e multidisciplinar em que atua, com vistas a se firmar como profissional qualificado e necessário ao processo de desenvolvimento do país.

## **BIBLIOGRAFIA**

BERMAN, Louise M. *Novas prioridades para o currículo*. Porto Alegre: Globo, 1975. 240 pp.

BRASIL, MEC/CFE. *Currículos mínimos dos cursos de nível superior*. Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação, 1974.

\_\_\_\_\_. MEC/DEM. *Avaliação e aprimoramento curricular*. Brasília, 1976.

\_\_\_\_\_. MEC/INEP. *Ensino Superior — Colelânea de Legislação Básica*. Rio de Janeiro: IBGE, 1969. 376 pp.

\_\_\_\_\_. *Modelo de avaliação curricular*. Brasília, 1977, 85 pp.

\_\_\_\_\_. MEC/SESU. *Projeto avaliação e diagnóstico do ensino da Geografia no Brasil — Propostas do Grupo de Consultores*. Brasília, 1983.

COOMBS, Philip. *A Crise Mundial da Educação — uma análise de sistemas*. São Paulo: Perspectiva, 1976, 323 pp.

CUNHA, Luiz António. *A universidade têmpera*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, 295 pp.

JOHNSON Jr, Mauritz. Definições e modelos na teoria do currículo. In: MESSIK, Rosemary et al. *Currículo: Análise e debate*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980, 162 pp.

KOOPMAN, G. Robert. *DesarrollodelCurriculum*. 2<sup>a</sup> ed. Buenos Aires: Troquei, 1970, 172 pp.

MESSIK, Rosemary Graves et alii. *Currículo: Análise e Debate*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980, 162pp.

MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. *A Geografia no Brasil (1943-1977): Avaliação e Tendências*. São Paulo: USP — Instituto de Geografia, 1980, 157 pp.

ORTEGA y GASSET, José. *Missão da Universidade*. Trad. Sat'Anna Dionisio. Porto: Seara Nova, 1946.

TABA, Hilda. *Elaboración dei currículo*. 3<sup>a</sup> ed. Buenos Aires: Troquei, 1974, 662 pp.



TRALDI, Lady Lina. *Currículo: Teoria e Metodologia*. Brasília: MEC, 1973 (Ensino Fundamental, 9).

TYLER, Ralph Winfred. *Principios Básicos do Currículo e Ensino*. Trd. Leonel Vallandro. 8° ED. Porto Alegre: Ríó de Janeiro, Globo, 1983, 119 pp.